

# Haroldo Holanda

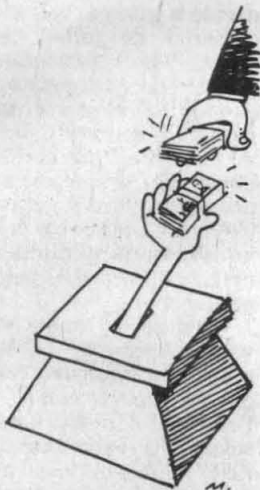
## Eleição *Estadual* ameaçada pelo dinheiro

Parlamentares tarimbados, como o senador Virgílio Távora, do PDS do Ceará, confessam-se estarecidos diante do poder de influência que o dinheiro passou a exercer nas eleições a serem realizadas em novembro. Vamos ter assim um Parlamento de plutocratas. A constatação é quase geral. Os exemplos são inúmeros. Figuras sem nenhuma vocação para a vida pública compram o mandato a peso de ouro. As vezes por pura vaidade pessoal. Outras para cumprir determinadas missões que as classes endinheiradas julgam correto desempenhar.

Não há dúvida de que no passado, como no presente, o dinheiro sempre exerceu o seu papel em todas as eleições. Não se pretende erradicar pura e simplesmente o poder econômico da nação, o que seria impossível em pleno regime capitalista. Mas limitar o seu poder de influência. O problema, no entanto, é que com a distorção observada o dinheiro ameaça substituir no Parlamento a vontade popular, especialmente nas regiões mais pobres e carentes do território nacional. Mas não é só no Nordeste que o dinheiro invade e assola. Também nas áreas mais ricas ele vai impondo a sua vontade.

Os depoimentos são recolhidos e trazidos a Brasília por parlamentares de Estados, como o Rio Grande do Sul, que sempre esteve imune à influência do dinheiro. Mas de duas a três eleições para cá aquele Estado viu também o poder econômico eleger alguns dos seus deputados. Essa influência deve crescer.

O pior é que ao longo dos anos caiu sensivelmente, o nível da representação parlamentar no Congresso. Houve quem atribuisse isso aos anos de domínio do regime autoritário. Como o Parlamento brasileiro perdeu importância e poder, transformando-se em órgão secundário, eram poucos os que se aventuravam a ingressar na vida política. Muitas carreiras foram sufocadas. É possível assim que na Constituinte o nível da representação no Congresso venha a melhorar, apesar das pressões e da influência que o dinheiro procura desempenhar.



JORNAL DE BRASÍLIA

O ministro Renato Archer, que esteve no Congresso até 68 quando teve o seu mandato cassado lamentou num programa de televisão a queda no Brasil do nível da representação parlamentar. Citou antigas bancadas, como Minas Gerais e a Bahia, que em outros tempos tiveram personalidades do mais alto valor intelectual, substituídas hoje por políticos de apagada atuação parlamentar. Não há dúvida de que tanto na Bahia como em Minas há exceções.

Outro exemplo é dado pela composição sucessiva da Comissão de Justiça da Câmara. Antes de 64 a Comissão de Justiça da Câmara era integrada por juristas de peso. De 64 até esta data, têm sido raros os juristas que ocuparam a Comissão de Justiça da Câmara.

É preciso estimular em todas as carreiras as verdadeiras vocações para que elas se sintam estimuladas a participar da vida pública nacional, dando a sua colaboração ao aperfeiçoamento das nossas instituições democráticas. O próprio debate parlamentar viu-se empobrecido no curso dos últimos anos. Tornou-se usual gritar-se ou promover a troca de xingamentos da tribuna parlamentar. Esperamos que essa situação seja corrigida na Constituinte.

O Brasil já teve grandes oradores parlamentares. A função do Parlamento moderno é cada vez mais a de centro de debate político e de fiscalização dos atos do Executivo. É preciso, pois, engrandecer o debate parlamentar, convocando a dele participar os que tenham uma contribuição qualquer a oferecer. O último grande orador parlamentar que tivemos foi o ex-senador Paulo Brossard, que deixou nos anais do Senado a marca da sua passagem, em históricos debates com o ex-senador Jarbas Passarinho.